

# SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



## O lucro líquido é a vida!



**O**s trabalhadores se unem como gotas na formação de um mar de gente na defesa de uma vida digna. Demos sempre um exemplo de unidade e solidariedade para garantir a pureza deste líquido precioso a uma sociedade gigantesca em busca de saúde.

A água é nossa vida! Transformadora... ora líquida, ora sólida, ora vapor... mas sempre em modificação.

Trabalhamos pela sua qualidade... e da nossa saúde!

Cumprimentamos aos trabalhadores e trabalhadores responsáveis por este trabalho social e vital. Desejamos-lhes um ano novo, muita luta e muita paz, que sejamos respeitados e valorizados.

FELIZ 2014

Diretoria do Sindágua MG



**2014 pode ser um ano explosivo de lutas**

## A SENHA É MOBILIZAÇÃO

**A** pesar das mobilizações sociais históricas em 2013 e da luta intensa de várias categorias profissionais, os patrões mantiveram uma postura inflexível na tentativa de cortar direitos dos trabalhadores.

Nem mesmo a violência que explodiu nas ruas intimidaram os prepostos dos patrões instalados no Poder Legislativo e numa Justiça em que algumas instâncias são reconhecidamente carimbadas em suas decisões a favor dos donos dos negócios.

### A palavra de ordem para 2014 é MOBILIZAÇÃO

O SINDÁGUA inicia o ano novo com a realização do 5º Congresso dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento de Minas Gerais (Contsemg), programado para os dias 21 a 23 de março.

Ao mesmo tempo tomarão posse os delegados sindicais de cada local de trabalho eleitos pelos trabalhadores, sendo peça fundamental para o processo de mobilização da categoria.

Neste instantes estaremos

começando também nossa Campanha Salarial 2014, realizando as assembleias para que os trabalhadores definam a Pauta de Reivindicações da categoria, para ser negociada com a direção da Copasa.

Depois das festas de fim de ano, retomamos a nossa luta e todos os companheiros devem discutir as questões de seu ambiente de trabalho, para que definamos uma pauta representativa e possamos caminhar por uma campanha organizada e responsável.

## Conheça o relatório de auditoria nas contas do SINDÁGUA

**P**ublicamos nesta edição o relatório dos auditores independentes Soltz, Mattoso & Mendes relativos à administração contábil do SINDÁGUA, com o balanço até dezembro de 2012.

Os trabalhadores têm acesso à íntegra do documento, que demonstra a correção da administração do Sindágua MG e de como o investimento dos trabalhadores na organização sindical vem sendo aplicado.

Páginas 2 a 5

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE  
PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE  
ESGOTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDÁGUA MG -

CNPJ nº. 16.866.667/0001-01

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Reais)

### Ativo

	Notas	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa		6.619	6.425
Bancos conta movimento		37.412	179.444
Aplicações financeiras		709.824	605.868
Adiantamentos		35.700	7.627
Devedores diversos		219.923	183.486
		<b>1.009.478</b>	<b>982.850</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	4	727.175	706.059
Intangível		22.479	22.479
		<b>749.654</b>	<b>728.538</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.759.132</b>	<b>1.711.388</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Passivo

	Notas	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		155	155
Empréstimos e financiamentos	5	124.789	140.474
Obrigações trabalhistas		5.712	5.712
Obrigações sociais e tributárias		14.987	8.717
Credores diversos		47.331	35.414
		<b>192.974</b>	<b>190.472</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio social	6	<b>1.566.158</b>	<b>1.520.916</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.759.132</b>	<b>1.711.388</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Reais)

	2012	2011
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Receitas sociais	2.399.235	2.348.558
Receitas tributárias	446.837	402.471
Receita DEAPES	135.525	120.535
Receitas financeiras	51.331	85.316
Outras receitas operacionais	93.773	69.217
	<b>3.126.701</b>	<b>3.026.097</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas administrativas	(2.273.769)	(2.158.589)
Despesas trabalhistas	(660.422)	(562.143)
Despesas com encargos sociais	(147.033)	(180.520)
	<b>(3.081.224)</b>	<b>(2.901.252)</b>
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>45.477</b>	<b>124.845</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em Reais)

### Saldos em 31.12.10

Ajustes de exercícios anteriores  
Superávit do exercício  
Transferência para patrimônio social

### Saldos em 31.12.11

Ajustes de exercícios anteriores  
Superávit do exercício  
Transferência para patrimônio social

### Saldos em 31.12.12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em Reais)

### Fluxo de caixa das atividades operacionais

Superávit do exercício  
Ajustes de exercícios anteriores

### (Acréscimo) decréscimo de ativos

Adiantamentos  
Devedores diversos

### Acréscimo (decréscimo) de passivos

Fornecedores  
Obrigações sociais e tributárias  
Salários a pagar  
Credores diversos  
Outros valores a pagar

### Caixa líquido das atividades operacionais

### Fluxo de caixa das atividades de investimento

Inversões em imobilizado

### Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Aumento de financiamentos  
Amortização de financiamentos

### Caixa líquido das atividades de financiamento

### Aumento (Redução) de caixa e equivalentes

Disponibilidades no início do exercício  
Disponibilidades no final do exercício

### Aumento (Redução) de caixa e equivalentes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**S DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

Patrimônio líquido	Superávit acumulado	Total
1.422.762	-	1.422.762
	(26.691)	(26.691)
	124.845	124.845
8.154	(98.154)	-
1.520.916	-	1.520.916
	(235)	(235)
	45.477	45.477
5.242	(45.242)	-
1.566.158	-	1.566.158

te das demonstrações contábeis

**S DE CAIXA PARA OS  
DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

	2012	2011
	45.477	124.845
	(235)	(26.691)
	45.242	98.154
	(28.073)	1.502
	(36.437)	(15.607)
	(64.510)	(14.105)
	-	155
	6.270	54.493
	-	8.762
	11.917	(138.129)
	-	(1.353)
	18.187	(76.072)
	(1.081)	7.977
	(21.116)	(148.299)
	(21.116)	(148.299)
	-	140.474
	(15.685)	-
	(15.895)	140.474
	(37.882)	152
	791.737	791.585
	753.855	791.737
	(37.882)	152

te das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - Sindágua MG, fundado em 29 de janeiro de 1980, sendo constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal dos empregados, servidores, funcionários e aposentados nas Empresas Públicas de Economia mista e Privada, bem como as autarquias da categoria dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos, Meio Ambiente, Exploração, Envasamento e distribuição de Águas Minerais, a Administração e Exploração dos Parques das Águas nas localidades de concessão e Exploração de atividades ligadas a Irrigação de Água, na base territorial do Estado de Minas Gerais.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - NBC TG.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração do Sindicato em 10 de dezembro de 2013.

A moeda funcional do Sindicato é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

**3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

**a. Apuração do resultado**

O resultado, apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**c. Ativos e passivos circulantes**

Estão demonstrados pelos valores de realização conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

**d. Imobilizado**

O ativo imobilizado encontra-se demonstrado ao custo de aquisição ou construção.

**e. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável, e os de curto prazo são submetidos a esse ajuste quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**f. Uso de estimativas**

Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

**g. Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o NBC TG nº 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelo CFC.

## 4. IMOBILIZADO

	2012		2011	
	Valor de custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edificações	128.043	(13.934)	114.109	114.107
Máquinas, eqüips. e aparelhos	146.707	(4.935)	141.772	137.436
Veículos	311.154	(4.620)	306.534	292.803
Móveis, utensílios e instalações	60.508	(682)	59.826	56.778
Sistema processamento dados	107.599	(2.775)	104.824	104.825
Sistema de Segurança	110	-	110	110
	<b>754.121</b>	<b>(26.946)</b>	<b>727.175</b>	<b>706.059</b>

De acordo com o NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e a INBC TG 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento das Normas Técnicas NBC TG 27, 28, 37 e 43, o Sindicato decidiu não utilizar o custo atribuído pelo fato de não haver indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica, considerada relevante, não requerendo, portanto, necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos em 31 de dezembro de 2012, entendendo que os valores contábeis registrados são condizentes com seus valores justos. Outro ponto abordado por esses normativos refere-se à revisão da taxa de depreciação dos ativos imobilizados.

## 5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2012	2011
Empréstimos (CUT)	41.653	-
Contrato de Leasing	83.136	140.474
	<b>124.789</b>	<b>140.474</b>

**Empréstimos (CUT)** – Contrato de Mútuo firmado em 10/02/12 entre o Sindicato e a Central Única dos Trabalhadores – CUT, vencível em 05/05/13, sem incidência de juros ou correção monetária.

**Contrato de Leasing** – Contrato firmado com o Banco Bradesco S/A, para ser liquidado em 36 parcelas, com vencimento final para junho de 2015.

## 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Corresponde ao saldo de 2011, no valor de R\$ 1.520.916, acrescido pelo superávit de R\$ 45.477, apurado neste exercício, e reduzido por ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 235, totalizando Patrimônio Líquido de R\$ 1.566.158.

## 7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2.012	2.011
Despesas diversas - Comunicação	(8.595)	(44.128)
Despesas diversas – Departamento jurídico	(222.154)	(248.984)
Despesas diversas – Departamento financeiro	(8.054)	(4.690)
Despesas diversas - Departamento administrativo	(1.730)	(784)
Seminários/Congressos/Cursos	(26.882)	(15.968)
Manifestações	(17.635)	-
Despesas campanha salarial - COPASA	(375.604)	(264.684)
Despesas da greve	-	(25.432)
Despesas campanha salarial - Empresas saneamento	(2.551)	(8.366)
Despesas diversas Departamento aposentados	(48.395)	(45.131)
Diversas despesas Departamento mulheres	(70)	-
Despesas reunião diretoria	(41.041)	(166.360)
Despesas reuniões diversas	(38.964)	(90.471)
Despesas com eleição diretoria	(391.704)	(16.554)
Despesas acordo coletivo	(6.827)	(7.555)
Despesas eleição delegado	-	(14.986)
Despesas com diretores	(446.417)	(496.388)
Despesas SAAES	(2.679)	(12.737)
Despesas de consumo	(125.087)	(111.907)
Despesas com materiais	(29.756)	(42.892)
Despesas diversas	(248.394)	(277.875)
Veículos	(26.729)	(29.486)
Sub sede Almenara	(74.020)	(61.755)
Sub sede Montes Claros	(54.677)	(48.867)
Sub sede Varginha	(61.708)	(64.205)
Despesas não dedutíveis	(1.956)	(52.154)
Encargos financeiros	(12.140)	(6.231)
	<b>(2.273.769)</b>	<b>(2.158.590)</b>

José Maria dos Santos  
Diretor Presidente

Jeane Katia S. Ferreira  
Diretora Financeira

Valéria da Silva Vieira  
Téc. Contab. CRCMG 063.953/O-0

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDÁGUA MG, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa 4, a entidade não adotou o Pronunciamento Contábil CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e manteve a depreciação de seu ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pela legislação fiscal vigente. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a depreciação no exercício, caso a revisão da vida útil houvesse sido realizada. Consequentemente, não nos foi possível determinar os impactos desta revisão no ativo imobilizado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012, e no resultado do exercício findo nesta data.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito relativo ao assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDÁGUA MG em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 10 de Dezembro de 2013

**SOLTZ, MATTOSO & MENDES**

**Auditores Independentes**

CRCMG Nº 2.684/O ALVARÁ CRCMG Nº 118/2008 - CVM Nº 3328

**Fernando Antonio Lopes Matoso**  
Contador CRCMG 11.628/O-3

**José Roberto de Almeida Mendes**  
Contador CRCMG 19.932/O-9

## PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições regulamentares, cumprindo o que determina a Seção IV artigo 36 do Estatuto Social, em reunião realizada em 28 de junho de 2013, após análise e exame de todas as documentações financeiras, os balancetes e contas do SINDAGUA/MG, relativas ao período de janeiro a dezembro de 2012, referente ao exercício do ano de 2012, bem como, as respostas e os esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira da entidade Sindical, concluíram, que, as contas e todas as demonstrações contábeis exigíveis estão em conformidade com as prescrições e exigências pertinentes e apresenta adequadamente a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade no referido exercício, razão pela qual opinam pela sua aprovação.

**GUILDER SILVA MOREIRA**  
Presidente Conselho Fiscal

**ELIANE SOARES M. DOS REIS**  
Diretora Conselho Fiscal

**JOSÉ MARIA ALVES**  
Diretor Conselho Fiscal

# DEZEMBRO DE CONQUISTAS PARA O SETOR DE SANEAMENTO

## Governo Federal aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico

O Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB), denominado Plansab, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 06 de dezembro, com a aprovação de sete ministros de estado (Cidades, Fazenda, Casa Civil, Saúde, Planejamento, Meio Ambiente e Integração Nacional).

A portaria interministerial 571 estabelece diretrizes, metas e ações de saneamento básico para o país nos próximos 20 anos (2014-2033).

Os investimentos estimados para este período são de R\$ 508,4 bilhões. Os recursos devem ter como fontes os agentes federais (59%) e os governos estaduais e municipais, os prestadores de serviços de saneamento, a iniciativa privada, os organismos internacionais, dentre outros (41%).

“O planejamento nesta área é condição indispensável para o Brasil avançar nos níveis de cobertura e na qualidade dos serviços prestados à população brasileira. Saneamento básico representa mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, disse o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro.

O plano prevê alcançar nos próxi-

mos 20 anos 99% de cobertura no abastecimento de água potável, sendo 100% na área urbana e de 92% no esgotamento sanitário, sendo 93% na área urbana. Em resíduos sólidos, o Plansab prevê a universalização da coleta na área urbana e a ausência de lixões ou vazadouros a céu aberto em todo o país. Para águas pluviais, outra meta é a redução da quantidade de municípios em que ocorrem inundações ou alagamentos, na área urbana de 11%.



O Plansab contempla uma abordagem integrada dos serviços de saneamento básico em quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. De acordo com a Lei, o Plansab deve ser avaliado anualmente e revisado a cada quatro anos, preferencialmente em períodos de vigência dos Planos Plurianuais (PPA) do Governo Federal.

Este é o primeiro plano de saneamento do país construído de forma democrática e participativa com o governo, a sociedade e os agentes públicos e privados que atuam no setor de saneamento. A elaboração do Plansab estava prevista na Lei de Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), regulamentada pelo Decreto 7.217/2010. “Gostaria de destacar o papel indispensável do Conselho Nacional das Cidades em todo o processo de construção e aprovação do Plano”, disse o ministro Aguinaldo Ribeiro.

A construção do plano passou por amplo processo participativo, coordenado pelo Ministério das Cidades e por um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) criado pela Presidência da República. O plano também foi aprovado pelos Conselhos Nacionais da Saúde (CNS), dos Recursos Hídricos (CNRH), do Meio Ambiente (CONAMA) e das Cidades (CONCIDADES).

É importante ressaltar que para o sucesso do PLANSAB é necessário que os Planos Municipais de Saneamento sejam feitos.

## Relatora especial da ONU sobre Água e Saneamento realiza primeira visita oficial ao Brasil

A relatora especial das Nações Unidas sobre Água e Saneamento, Catarina de Albuquerque, visitou o Brasil entre dias 9 e 19 de dezembro para avaliar as melhorias e os desafios que o país ainda enfrenta para a concretização dos direitos humanos à água e ao saneamento.

Esta será a primeira visita oficial ao Brasil de uma especialista independente que possui o mandato estabelecido pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas de monitorar, informar e fazer recomendações sobre a realização do direito a água potável e saneamento em todo o mundo.

“O Brasil tem implementado uma série de programas e políticas para o fornecimento de água potável e de saneamento para todos”, disse Catarina. “Quero atestar esses resultados na

prática, examinar possíveis sucessos, mas também as dificuldades que foram encontradas, dentro de uma perspectiva de direitos humanos, concentrando-me especialmente na população marginalizada e sem acesso aos serviços”.

A perita independente em direitos humanos prestará especial atenção à população que vive em favelas, bairros informais e áreas rurais, incluindo aquelas afetadas pela seca.

Ela também analisará casos que envolvem poluição das águas e tratamento de esgoto em áreas urbanas.

“Como direitos humanos, todas as pessoas, sem discriminação, devem ter acesso físico e econômico a água e saneamento, que seja aceitável, disponível e seguro”, disse ela: “Os Estados devem continuamente adotar medidas para garantir o acesso a estes



direitos fundamentais.”

A relatora especial, que está visitando o Brasil a convite das autoridades brasileiras, se reunirá com representantes do governo e de organizações internacionais, da sociedade civil e com membros de comunidades em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Belém do Pará. A FNU acompanhará a relatora durante toda sua estadia no Brasil.